

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT11.026

SABERES EM MOVIMENTO: A CIRCULAÇÃO CIENTÍFICA COMO CAMINHO PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E A MOBILIDADE SOCIAL

Renata Herta Weiss¹
Juliana Lira de Andrade²
Inês Barbosa de Oliveira³

RESUMO

A circulação científica amplia o acesso ao saber; a educação media esse acesso por meio de práticas pedagógicas e políticas institucionais; as reflexões sobre o saber e a aprendizagem interrogam criticamente as formas de produção e apropriação do conhecimento, revelando como elas podem (ou não) contribuir para a mobilidade social. O tema é discutido com base em duas teses de doutoramento que abordam a contribuição de políticas públicas e de programas governamentais como promotores de mobilidade social, e sobre o papel emancipador da circulação científica para a sociedade. Para promover o debate, utilizamos como elemento convergente a base teórico-epistemológico-metodológico-política das pesquisas, os estudos nos/dos/

- 1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Linha de Pesquisa Políticas Públicas, Gestão e Formação de Educadores da Universidade Estácio de Sá - RJ, renata.weiss@gmail.com;
- 2 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Linha de Pesquisa Políticas Públicas, Gestão e Formação de Educadores da Universidade Estácio de Sá - RJ, julianaliradeandrade@gmail.com;
- 3 Doutora em Educação, Universidade de Estrasburgo, 1993 e Professora da Linha de Pesquisa Políticas Públicas, Gestão e Formação de Educadores na Universidade Estácio de Sá - RJ, inesbo2108@gmail.com;

com os cotidianos, e nos dedicamos a explorar: i) como as práticas educativas, os currículos e as políticas públicas podem promover a redução de desigualdades; ii) como o acesso a diferentes formas de saber pode contribuir para a inclusão e mobilidade social; iii) como a circulação científica amplia o acesso ao saber, contribuindo para processos educativos mais críticos e inclusivos; iv) como a democratização do acesso à educação e ao conhecimento científico pode ser um vetor de promoção de justiça cognitiva e de mobilidade social, e v) como a educação pode ser um caminho para articular o saber e a aprendizagem com a mobilidade social e repercussões nas trajetórias de vida.

Palavras-chave: educação; circulação científica, democratização; cotidianos, direitos humanos, mobilidade social.

INTRODUÇÃO

Interessadas em investigar a circulação científica como caminho para a democratização do conhecimento e mobilidade social, destacamos nossa compreensão acerca da circulação científica - fazer circular, e ampliar em alcance, a gama de conhecimentos científicos presentes no mundo. Nesse sentido, Andrade (2025) ressalta em sua tese de doutoramento a percepção da circulação científica como importante componente da discussão da comunicação e da educação para os Direitos Humanos, com destaque para a importância da valorização das experiências de vida, do senso de pertencimento e de coletividade, que prolifera nas democracias.

Considerando que o acesso à informação ocorre de forma extremamente desigual entre as diversas comunidades que compõem a sociedade, é essencial compreender e enfrentar essa desigualdade. Entram aqui questões culturais, sociais, de raça e de gênero que surgem como tema, invariavelmente, em ambas as pesquisas.

Conforme observa Weiss (2025), a desigualdade no acesso e na permanência na educação no Brasil manifesta-se de forma multifacetada, sendo perceptível por diversos indicadores, como a distribuição por gênero, a localização geográfica, a renda familiar, cor ou raça, composição do núcleo familiar, o tempo médio de escolarização e nível de escolaridade dos pais. Esses elementos, quando analisados de forma integrada, evidenciam barreiras estruturais que condicionam o percurso educacional dos indivíduos, bem como os entraves para a mobilidade social. Nesse contexto, a correlação entre o nível de renda – enquanto capital econômico⁴ – e a incidência de abandono ou atraso escolar entre jovens revela-se particularmente significativa. De acordo com o relatório

4 O capital pode apresentar-se sob três formas fundamentais: como capital econômico, diretamente conversível em dinheiro; como capital cultural, que pode ser convertido em capital econômico sob certas condições; e como capital social, constituído pelo conjunto de relações sociais úteis (Bourdieu, 2015, p. 52-89).

de Indicadores Sociais do IBGE⁵, em 2018, 11,8% dos jovens pertencentes aos estratos economicamente mais vulneráveis interromperam a trajetória escolar antes de concluir o ensino médio, proporção oito vezes superior à verificada entre jovens oriundos de grupos socioeconomicamente privilegiados (1,4%).

Ainda segundo o IBGE, o Brasil registrava, no mesmo ano, uma das mais elevadas taxas de evasão escolar entre adolescentes na América Latina (7,6%), com desigualdades acentuadas por recorte racial: entre pretos ou pardos, a taxa alcançava 8,4%, enquanto entre brancos correspondia a 6,1%. Tais dados revelam que a exclusão educacional está profundamente associada a desigualdades socioeconômicas e raciais historicamente construídas, configurando um cenário que, segundo Bourdieu (1998), ilustra a função do sistema educacional na reprodução das estruturas de poder e privilégio, legitimando desigualdades sob a aparência de mérito.

A reconfiguração das estruturas sociais globais reflete uma luta contínua pela equidade no acesso a direitos e recursos, cuja distribuição desigual é consequência de condicionantes históricas e das especificidades de cada grupo social, como destaca Weiss (2025). Nesse contexto, os grupos historicamente invisibilizados enfrentam trajetórias ainda mais complexas, determinadas por um sistema de valores hegemônico e excludente. Uma abordagem superficial sobre os direitos humanos, que ignore sua profundidade e amplitude, tende a distorcer seu sentido e agravar a marginalização de populações já afetadas pela desigualdade e por fatores socioeconômicos. Afinal, nada mais desigual do que conceder tratamento igual a pessoas desiguais.

À luz dos objetivos fundamentais estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, que incluem a erradicação da pobreza, a redução das desigualdades sociais e regionais, e a promoção do bem de todos sem discriminação (Brasil, 1988), torna-se evidente que enfrentar essas dis-

5 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Dados da Síntese de Indicadores Sociais de 2019, Agência de Notícias do IBGE.

paridades demanda políticas públicas consistentes e integradas. Essas políticas devem atuar não apenas para mitigar efeitos imediatos, mas para transformar as causas estruturais da exclusão e da marginalização, contemplando áreas como educação, trabalho, moradia, saúde e segurança social.

Nesse contexto, destacam-se o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) como políticas centrais no processo de democratização do ensino superior brasileiro. O ProUni, instituído pela Lei nº 11.096/2005, constitui uma ação afirmativa orientada à redução das desigualdades educacionais e à ampliação do acesso de estudantes de baixa renda ao ensino superior privado, por meio da concessão de bolsas integrais e parciais. Ao enfrentar barreiras socioeconômicas historicamente estruturadas, o programa contribui para a mobilidade educacional ascendente e para a diversificação do corpo discente, ainda que permaneça condicionado às desigualdades simbólicas e materiais que, conforme Bourdieu (2008), sustentam os mecanismos de reprodução social.

Por sua vez, o FIES, criado pela Lei nº 10.260/2001, busca viabilizar o ingresso de estudantes das classes populares no ensino superior privado por meio do financiamento de mensalidades em condições facilitadas. Embora represente avanço no campo da igualdade de oportunidades, o programa opera, como observa Dubet (2004), dentro de uma estrutura social que mantém desigualdades profundas, limitando os efeitos da escolarização sobre a mobilidade social efetiva. Assim, tanto o ProUni quanto o FIES expressam esforços estatais de ampliação do direito à educação, mas, conforme Santos (2003), a democratização do acesso só se realiza plenamente quando acompanhada pela democratização do conhecimento e pelo reconhecimento das vozes e experiências dos sujeitos historicamente excluídos.

Não obstante, cabe uma crítica ao modo como as políticas curriculares oficiais têm sistematicamente invisibilizado, construindo como ausentes, os currículos pensados/praticados (Pereira, 2023 *apud* Oliveira, 2012a), pro-

postas curriculares que lograram êxito respeitando a autonomia docente e das escolas, as tão necessárias práticas cotidianas emancipatórias (Oliveira, 2012a).

Optamos por utilizar a expressão currículos pensadospraticados, remetendo-nos aos trabalhos de Oliveira (2013, pp. 3-4):

A expressão currículos pensadospraticados foi recentemente criada com o objetivo de deixar clara a indissociabilidade que entendemos existir entre prática e teoria, entre reflexão e ação. Assim, substituímos o termo currículos praticados, anteriormente utilizado, por esse. Isso porque entendemos que existe, no cotidiano das escolas, uma criação cotidiana de currículos pelos professores e alunos nas salas de aula, gerada a partir do diálogo entre referenciais e reflexões teóricas, possibilidades e limites concretos de cada circunstância e da articulação entre as múltiplas redes de sujeitos e de conhecimentos presentes nas escolas (OLIVEIRA, 2013, pp. 3-4).

Diante de tais desafios, além da formulação de políticas públicas consistentes e articuladas às reais necessidades sociais, é fundamental que a circulação científica cumpra seu papel de socializar o conhecimento e promover o acesso à cidadania e aos direitos humanos. A produção científica não deve permanecer restrita aos meios acadêmicos, mas alcançar a sociedade em sua diversidade, especialmente aqueles historicamente marginalizados e invisibilizados por um sistema cultural hegemônico e eurocêntrico.

Nesse sentido, a circulação científica, compreendida como um processo social e político, deve contribuir para reduzir as assimetrias no acesso ao saber e para reconhecer a pluralidade de epistemologias e experiências humanas (Bourdieu, 1983; Gramsci, 1978; Santos, 2003), fortalecendo o vínculo entre conhecimento, emancipação e justiça social.

Em sua tese, além de abordar sobre a questão das experiências humanas, Andrade (2025) traz a importância da emoção no âmbito da circulação científica e, para tal, se apoia nos escritos de Maturana (1998):

Vivemos uma cultura que desvaloriza as emoções, e não vemos o entrelaçamento cotidiano entre razão e emoção, que cons-

titui nosso viver humano, e não nos damos conta de que todo sistema racional tem um fundamento emocional (Maturana, 1998, p. 15).

A criação de vínculo emocional é imprescindível para circular ciência. A emoção desempenha um papel importante na apreensão do conhecimento científico (Andrade, 2025, p. 36).

METODOLOGIA

A metodologia dos estudos nos/dos/com os cotidianos é a base teórico-epistemológico-metodológico-política das pesquisas aqui relacionadas, e vem sendo adotada pelo grupo de pesquisa liderado pela Professora Doutora Inês Barbosa de Oliveira, que se foca nos *'fazeressaberes'* cotidianos presentes na vida, e portanto, também nas escolas e nos outros espaços educativos habitados por nós.

Fazem parte da abordagem metodológica utilizada autores como (Certeau; 2011; Alves, 2008; Oliveira, 2007; 2012a; Kilomba, 2019).

Oliveira (2012b) ressalta que a pesquisa narrativa constitui um instrumento valioso para acessar e legitimar diferentes formas de saber, possibilitando que múltiplas vozes e perspectivas sejam ouvidas, compartilhadas e reconhecidas.

Dessa forma, ao reconhecer a linguagem como prática social e as narrativas como expressões simbólicas de experiências, a análise dos relatos dos egressos buscou compreender como as políticas educacionais são vivenciadas, reinterpretadas e ressignificadas nos cotidianos escolares e profissionais. As falas dos participantes foram tratadas não apenas como descrições de fatos, mas como construções de sentido, nas quais emergem valores, memórias e percepções sobre o impacto das políticas públicas em suas trajetórias formativas. Essa perspectiva interpretativa orientou a leitura dos dados, privilegiando a voz dos sujeitos e a pluralidade de significados presentes em suas histórias.

Por estar focado em dois projetos de doutoramento, declaramos que ambos, lidando respectivamente com narrativas e entrevistas, apresentam aprovação no comitê de ética. E, justamente por estarmos nos referindo a mais de um projeto, a metodologia que adotamos combina o exame de documentos e leis, bem como a realização de entrevistas-conversas com questões abertas (temas direcionais apenas) e entrevistas semi-estruturadas com perguntas fechadas, visando dados quali- e quantitativos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pensando em como as práticas educativas, os currículos e as políticas públicas podem promover a redução de desigualdades, observamos que a circulação científica, compreendida como a produção, disseminação e aplicação social do conhecimento, constitui elemento estratégico para embasar políticas públicas em evidências sólidas. Como destaca Bourdieu (1998), embora a educação possa reproduzir desigualdades, ela também pode se converter em um instrumento de transformação social quando articulada a ações que ampliem o acesso, democratizem oportunidades e combatam práticas discriminatórias. Assim, a interação entre academia, governo e sociedade civil potencializa a construção de soluções inovadoras e contextualizadas, alinhadas não apenas aos princípios constitucionais de justiça e solidariedade, mas também à defesa dos direitos humanos, cujo avanço, segundo Bobbio (1992 *apud* Candau, 2012), é fundamental para sociedades mais democráticas e humanizadas.

De acordo com Weiss (2025), a evolução da configuração social mundial evidencia a permanente luta pela igualdade de acesso a recursos e direitos, cuja distribuição desigual decorre das particularidades históricas, culturais e sociais de cada grupo. Tal cenário torna ainda mais tortuoso o percurso dos grupos historicamente invisibilizados, resultado da manutenção de um sistema de valores que privilegia determinados segmentos em detrimento de outros. Nesse sentido, Piovesan (2006) ressalta que a efetiva proteção dos direitos humanos exige políticas públicas específicas

voltadas a grupos socialmente vulneráveis, reconhecidos como vítimas da exclusão. Para a autora, a implementação desses direitos pressupõe sua universalidade e indivisibilidade, acrescidas do reconhecimento e valorização da diversidade (Piovesan, 2006 *apud* Candau, 2012).

Nesse sentido, a democratização do acesso à educação e ao conhecimento científico configura-se como um vetor estratégico para a promoção tanto da justiça cognitiva quanto da mobilidade social. No campo da justiça cognitiva, conforme Santos (2007), trata-se de reconhecer a legitimidade de diferentes formas de conhecimento, acadêmico, popular, tradicional e local, e de promover o diálogo entre elas como condição para a construção de sociedades mais plurais e inclusivas. Ao ampliar o acesso à educação formal e à produção científica, abrem-se espaços para que sujeitos historicamente excluídos desses circuitos possam não apenas apropriar-se do saber legitimado institucionalmente, mas também influenciar sua agenda, contribuindo para a superação da invisibilidade epistêmica que marca grupos como populações periféricas, indígenas e quilombolas.

Sob a perspectiva da mobilidade social, o acesso equitativo à educação de qualidade, da educação básica à formação superior, constitui um fator determinante para ampliar as oportunidades de inserção qualificada no mercado de trabalho, garantindo melhores rendimentos, maior estabilidade e condições de vida mais dignas. Os dados do IBGE (2018) indicam, entretanto, que persistem barreiras estruturais que limitam esse acesso, especialmente para jovens de estratos economicamente vulneráveis e grupos racialmente discriminados, o que reforça a reprodução intergeracional das desigualdades. Essa realidade dialoga com a análise de Bourdieu (1998), segundo a qual o sistema educacional, se não articulado a políticas de redistribuição e reconhecimento, tende a reforçar os capitais econômicos, culturais e sociais herdados, perpetuando assim a estrutura social vigente e a manutenção do poder hegemônico.

Para Weiss (2025), a justiça social requer ações que contemplem questões de ordem econômica, cultural e social. Afinal, a democratiza-

ção do acesso à educação e ao conhecimento científico, sustentada por políticas públicas baseadas em evidências e orientadas pelo princípio da diversidade, amplia oportunidades, valoriza saberes historicamente marginalizados e contribui para romper o ciclo das desigualdades, fortalecendo os princípios constitucionais de equidade e inclusão.

Em sua tese, Weiss (2025) entrevistou 17 participantes beneficiados pelos programas do FIES e ProUni, todos oriundos de famílias social e economicamente desprivilegiadas, egressos de IES privadas da região Sudeste do Brasil. Com base nos indicadores de mobilidade social, definidos pelo Instituto de Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS)⁶, 13 entre os 17 participantes alcançaram a mobilidade social ascendente. A autora destaca alguns depoimentos de egressos que descrevem sua realidade após a conclusão do curso:

Então, pra mim, foi assim, foi um mundo novo ali que, nossa, pra mim, foi a virada de chave, assim, na minha vida, foi depois que eu entrei na faculdade mesmo (Depoimento de Gisele).

A faculdade de Direito trouxe para mim essa necessidade de buscar novas coisas. Então a FDV, ela é uma faculdade que sempre incentivou os alunos a escreverem artigos, a participar de competições científicas, eventos científicos, competições acadêmicas, então, assim, era um ambiente de incentivo. Aqueles que buscavam algo além do que era oferecido em sala de aula, conseguiam (Depoimento de Douglas).

A minha experiência universitária. Porque me possibilitou ter um emprego bom (Nycole).

Todas as experiências que eu tive pela formação que a universidade me proporcionou, me trouxeram uma visão de mundo muito diferente dos meus amigos, das pessoas com as quais cresci e convivi (Depoimento de Renan). Trechos dos depoimentos, extraídos de Weiss (2025).

Em todas as narrativas, foi possível observar um discurso unânime no sentido de que o acesso ao ensino superior modificou a vida dos par-

⁶ Indicadores para a mobilidade social (IMDS): o nível de escolaridade, a renda, as condições de moradia, o acesso ao lazer e as mudanças observadas entre o padrão de vida de origem e o atual.

participantes, conferindo a eles uma nova forma de perceber o mundo, a capacidade de ver o mundo com outros olhos, a conquista de empregos melhores, a “virada de chave” na vida deles.

Nesse contexto, o papel da circulação científica é fundamental para ampliar o acesso ao saber, na medida em que torna os resultados das pesquisas acessíveis a públicos diversos, rompendo com a lógica de exclusividade da academia. Para Oliveira (2012b), democratizar o conhecimento científico significa promover a participação de diferentes sujeitos sociais na construção e apropriação do saber, contribuindo para práticas mais críticas e emancipadoras. Do mesmo modo, Charlot (2000) destaca que aprender implica produzir sentidos, o que só se torna possível quando o conhecimento circula em espaços educativos, culturais e sociais, permitindo a construção de olhares mais amplos sobre a realidade.

Andrade (2025) abordou em sua pesquisa a divulgação de conteúdo sobre ciência e tecnologia em jornais de grande circulação, tendo utilizado, como exemplos, as colunas de Marcelo Gleiser (Rio de Janeiro, 1959), físico, astrônomo, professor, escritor, roteirista e colunista brasileiro, e de Suzana Herculano-Houzel, bióloga, neurocientista, pesquisadora, professora universitária e divulgadora científica brasileira, escrevendo sobre neurociência como colunista e autora de livros. Após examinar mais de 2.000 colunas, viu-se destacarem-se, dentre as principais temáticas, aquelas relacionadas, primeiro, à área de atuação profissional de cada um dos autores, seguido de conteúdo direcionado à divulgação de livros e eventos e, por fim, àqueles de maior interesse para a tese de doutorado, que incluiu o conhecimento científico, a circulação científica e a educação. Os dados obtidos corroboram a ideia de que a circulação científica favorece processos educativos mais inclusivos ao possibilitar que diferentes grupos sociais tenham contato com informações e reflexões antes restritas a especialistas.

Além dos jornais, Andrade (2025) aborda vários outros meios que se destacaram nas pesquisas sobre a circulação de ciência e tecnologia, dentre os quais estão a televisão, podcasts, mídias sociais (a exemplo do

Instagram® e outros), quadrinhos, música etc. - todos considerados riquíssimos para a circulação de conteúdo científico.

Como afirma Massarani (2018), a divulgação científica, quando pensada em diálogo com a educação, fortalece a cidadania e amplia a compreensão pública da ciência. Ao incorporar esse movimento no contexto escolar, professores podem promover abordagens pedagógicas críticas e contextualizadas, capazes de aproximar os estudantes dos debates científicos contemporâneos. Assim, a circulação científica articula democratização, inclusão e criticidade, consolidando-se como recurso estratégico para uma educação transformadora.

Foi interessante observar o papel relevante dos jornais e de outras mídias em ambas as pesquisas analisadas. Andrade (2025) utilizou colunas de jornais como fonte para a avaliação, enquanto Weiss (2025) verificou que foram justamente esses meios que permitiram aos egressos entrevistados conhecer os programas de ação afirmativa do FIES e do ProUni, que possibilitaram o acesso dos participantes ao ensino superior, como evidenciado nos trechos a seguir:

Minha mãe sentou do meu lado, me inscreveu no ProUni, aí passei no ProUni, e aí quando eu passei, e eu já tinha ido na PUC, né, para poder ver ali a questão e tal, e aí eu lembro que eu entrei num laboratório, que eu vi gente, olha como existe gente rica no mundo, porque eu não tinha tido acesso a esse tipo de coisa assim, né, Pedro II é um colégio excelente, mas ainda assim, é um colégio público. Aí eu falei: mãe, eu não tenho condições de estar aqui sem ser o ProUni! (Depoimento de Nycole).

Olha, eu vi na internet, eu acho que uma propaganda da televisão. Não sei se foi no cursinho, porque eu fazia o cursinho pré-vestibular, mas eu fazia com intenção na UFMG, que eu queria entrar na UFMG. O meu sonho era a UFMG, que eu queria fazer lá (Depoimento de Gisele).

No próprio cursinho, eles davam as informações. E, eu tinha um professor de história, nesse pré-vestibular, que ele fazia faculdade na qual eu me formei. E, assim... Aonde foi? Faculdade de Direito de Vitória, FDV (Depoimento de Ana Carolina).

Eu acho que eu tive conhecimento pela televisão mesmo. Canais de comunicação. Na época não tinha internet na minha casa. Lá em Rio Novo do Sul. A internet que a gente tinha acesso era às vezes quando ia no lan house, no centro. Acho que televisão mesmo. Escola, né? Acho que a escola sempre falava dessa oportunidade et al. (Depoimento de Douglas). Trechos dos depoimentos, extraídos de Weiss (2025).

No contexto social brasileiro, Sobrinho (2010) enfatiza que as políticas de expansão do acesso à educação, e em especial de ampliação das matrículas no ensino superior, devem ser compreendidas não apenas sob a ótica econômica, mas também como instrumentos de democratização social e de construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Para tanto, torna-se essencial conceber políticas educacionais que promovam currículos praticados *nos/dos/com* os cotidianos (Oliveira, 2012b), aderentes às realidades e necessidades dos estudantes, de forma a favorecer a formação cidadã, o fortalecimento do capital cultural e a ampliação das oportunidades de mobilidade social.

Pensando na maneira pela qual a educação pode ser um caminho para articular o saber e a aprendizagem com a mobilidade social e repercussões nas trajetórias de vida, percebemos que a educação constitui um dos principais mecanismos de articulação entre saber, aprendizagem e mobilidade social, sendo reconhecida como fator determinante para a superação de desigualdades. Para Bourdieu e Passeron (2018), embora a escola desempenhe papel relevante na reprodução social, ela também pode abrir possibilidades de transformação, ao permitir que indivíduos de diferentes origens ampliem suas chances de ascensão.

Durante sua pesquisa doutoral, Weiss (2025) obteve o relato de Ana Carolina, Promotora pública do DF, ex-bolsista do Prouni, que corrobora com a ideia da escola como agente transformador para a mobilidade social. A estudante, que pertencia a uma família desprivilegiada economicamente, relatou, na ocasião, que ingressou na faculdade de Direito sem qualquer referência familiar ou informação prévia sobre as possibilidades de atuação da profissão. Ela desconhecia o que eram concursos,

como estudar ou quais carreiras poderiam ser seguidas além das mais óbvias – advogado, delegado ou juiz. Enquanto colegas já tinham clareza sobre os caminhos desejados, influenciados por vínculos familiares com a área jurídica, ela se sentia “crua” e distante desse universo. Foi apenas ao longo da graduação, especialmente por meio do estágio, que descobriu a carreira no Ministério Público e definiu o desejo de ser promotora, compreendendo também que sua trajetória exigiria superar não só desafios acadêmicos, mas sobretudo a falta de oportunidades e de capital social disponíveis a quem já tem conexões na área.

No Brasil, assim como em boa parte do mundo, a escolarização tem sido historicamente associada ao desenvolvimento de capital humano e à melhoria das condições de vida, sendo também atribuído à escola o título de local onde o aluno tem contato e aprende sobre ciências e aprende um ofício. De acordo com Cunha e Silva (2017), o acesso a uma formação de qualidade aumenta as oportunidades de inserção em postos de trabalho mais qualificados, elevando a renda e promovendo mobilidade intergeracional. Nesse sentido, a aprendizagem ultrapassa a dimensão cognitiva e se converte em instrumento estratégico para redefinir trajetórias de vida. Mas não se trata só disso. Além da dimensão econômica, a escola é também um espaço de socialização e de construção de identidades. Charlot (2000) ressalta que aprender envolve não apenas a aquisição de conteúdos, mas também a produção de sentidos e valores que ampliam a capacidade crítica e a participação cidadã.

Nesse processo, a educação atua ainda como campo de disputas e contradições. Oliveira (2004) argumenta que a escola, longe de ser apenas reprodutora de desigualdades, é também um espaço no qual sujeitos elaboram sentidos próprios para suas experiências, possibilitando a construção de trajetórias diversas. Isso reforça a importância da democratização do ensino e do reconhecimento da pluralidade cultural.

Por fim, a educação gera efeitos que ultrapassam a esfera individual, impactando também dimensões intergeracionais. Famílias escolarizadas tendem a transmitir às novas gerações o valor da formação, contribuindo

para trajetórias coletivas mais estáveis e promissoras. Assim, a escolarização articula saberes e aprendizagens que, ao mesmo tempo, fortalecem a mobilidade social e transformam percursos de vida.

De forma a ilustrar esta ideia, Weiss (2025) perguntou a seus entrevistados sobre quais foram as maiores mudanças que aconteceram em suas vidas depois do ingresso na universidade. William, advogado e ex-bolsista do Prouni, indica que, depois de formado, sua vida “mudou profundamente”: ele relata a liberdade que tem hoje de escolher quantas horas trabalhar, sem precisar cumprir 40 horas semanais, ganhando “4, 5 vezes mais do que isso”, o que lhe proporciona qualidade de vida e a possibilidade de fazer coisas simples, mas valiosas, como ir à academia ou almoçar com a mãe. Além disso, está em processo de financiar um apartamento, o que, para ele, significa “sair para um outro contexto” e sentir-se, de fato, inserido na sociedade.

Essas transformações relatadas por William também foram observadas em outras narrativas, na pesquisa de Weiss (2025), como a de Renan, que citou a realização de um sonho. Renan mencionou que a oportunidade de cursar o ensino superior proporcionada pela bolsa do ProUni, abriu uma perspectiva que até então era apenas um sonho. “Um sonho de dar um passo a mais, de galgar outros degraus, de poder sair da linha do comum”. Nessa fala podemos perceber que o sonho retratado por Renan é usualmente o sonho de famílias inteiras, famílias que, por gerações, não tiveram acesso à educação. Famílias oriundas de classes sociais invisibilizadas que enfrentam desafios inúmeros para ultrapassar a fenda abissal que separa as classes sociais e, quando um de seus membros conquista o ingresso no ensino superior, renasce a esperança: a sensação de que esse é o primeiro passo rumo a uma vida melhor e à concretização de um sonho coletivo.

A presença de Douglas na universidade, oportunizada também pelo ProUni, marcou profundamente sua trajetória pessoal e profissional. Mais do que um espaço de formação acadêmica, o acesso ao conhecimento e à circulação de saberes no campo universitário representou a oportunidade

de conquistar posições que uniram realização pessoal, reconhecimento e estabilidade econômica, que ele buscava. Foi na universidade e nos estágios que fez pela IES que ele descobriu seu interesse pela defensoria pública e buscou se preparar para o concurso para o qual foi aprovado algum tempo depois de formado. A dedicação aos estudos, o acesso à informação e ao conhecimento disponíveis no campo acadêmico contribuíram para que ele alcançasse seus objetivos e sonhos, conquistasse mobilidade social, cultural e econômica.

Conforme Bourdieu e Passeron (2018), a relação entre desempenho acadêmico, classe social e os maiores índices de “fracasso” escolar entre estudantes oriundos de contextos socioeconômicos desfavorecidos revela a influência determinante da origem familiar e do capital cultural na trajetória estudantil. Ao condicionar o acesso a recursos simbólicos e materiais, esses fatores impactam diretamente a formação acadêmica e as perspectivas profissionais, reforçando a necessidade de políticas públicas que atuem simultaneamente na redistribuição de recursos e no reconhecimento da diversidade cultural, de modo a efetivar o direito à educação como um bem público e um instrumento de transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas ao longo deste trabalho evidenciam que a democratização do acesso à educação e ao conhecimento científico representa um vetor estratégico para a promoção da justiça cognitiva e da mobilidade social. A análise das contribuições de autores como Bourdieu, Santos, Piovesan, Oliveira e Charlot permitiu compreender que a escola e a circulação científica podem atuar tanto como espaços de reprodução de desigualdades quanto como instrumentos de emancipação, a depender de como são articuladas às políticas públicas, aos currículos e às práticas educativas.

Pudemos reforçar o papel da educação, que ao mesmo tempo em que constitui um campo de disputas e contradições, carrega potencial

para ampliar horizontes, ressignificar trajetórias e fortalecer a cidadania. Reconhecemos, ainda, a pluralidade de saberes e a valorização da diversidade cultural que emergem como condições indispensáveis para a construção de processos educativos críticos, inclusivos e transformadores. Nesse sentido, a circulação científica, quando orientada pelo princípio da democratização, amplia o alcance do conhecimento, contribui para superar a invisibilidade epistêmica e fortalece a participação social. Sobretudo quando faz uso de abordagens outras que podem ampliar a circulação de conhecimentos de formas diversas, utilizando meios do cotidiano e valorizando as experiências de vida.

Cabe destacar, no entanto, que, ainda hoje, persistem as barreiras estruturais que limitam o pleno exercício do direito à educação, especialmente entre grupos historicamente marginalizados – realidade que reforça a necessidade de políticas públicas fundamentadas em evidências, capazes de articular redistribuição econômica e reconhecimento cultural, assegurando condições equitativas de acesso, permanência e sucesso escolar, bem como a inserção e reconhecimento profissional em sua área de formação, importantes veículos para a mobilidade social.

Em síntese, a educação e a circulação científica, compreendidas como bens públicos e direitos sociais, devem ser concebidas como pilares de uma sociedade mais justa, solidária e democrática.

Mais do que garantir a ascensão individual, essa visão conjunta da educação e da circulação científica promover mudanças coletivas, rompe ciclos intergeracionais de desigualdade e consolida trajetórias de vida mais dignas. Assim, reafirma-se a centralidade da educação como prática emancipatória e da ciência como patrimônio comum, cuja circulação crítica e inclusiva fortalece o compromisso com a equidade e os direitos humanos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Nilda. Decifrando o pergaminho – os cotidianos das escolas nas lógicas das redes cotidianas. In: ALVES, Nilda; OLIVEIRA, Inês Barbosa de (orgs.). **Pes-**

quisa nos/dos/com os cotidianos das escolas sobre redes de saberes. 3ª ed.
Rio de Janeiro: DP&A, 2008.

ANDRADE, J.L. **Circulação cinetífica: narrativas de experiências cotidianas e o papel de catalisador para a emancipação social.** Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estácio de Sá. Rio de Janeiro: Universidade Estácio de Sá, 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 ago. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira.** Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

BOBBIO, N. **A era dos direitos.** Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOURDIEU, P. **As formas de capital.** In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (org.). Pierre Bourdieu: escritos de educação. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 65-89.

BOURDIEU, P. **Escritos de educação.** Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, P. Algumas propriedades dos campos. In: **Questões de sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 89-107.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino.** 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2018.

CANDAU, V. M. (Org.). **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos.** Petrópolis: Vozes, 2012.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer.** Petrópolis: Vozes, 2011.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

CUNHA, L. A.; SILVA, M. R. Educação e mobilidade social no Brasil contemporâneo. *Revista Brasileira de Educação*, v. 22, n. 69, p. 1-22, 2017.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da História**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**. Agência IBGE de Notícias. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25879-pretos-ou-pardos-representam-dois-tercos-dos-subocupados-em-2018>. Acesso em 27/07/2024

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Berlim: Editora Cobogó, 2019.

MASSARANI, L. Divulgação científica no Brasil: tendências e desafios. **Revista de Comunicação e Saúde**, v. 9, n. 1, p. 9-19, 2018.

MATURANA, Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte, MG: UFMG, 1998.

OLIVEIRA, I. B. 2013. Contribuições de Boaventura de Sousa Santos para a reflexão curricular: princípios emancipatórios e currículos pensadospraticados. **Revista ecurriculum**, 8 (2), pp. 2-22.

OLIVEIRA, I. B. **Currículos praticados: entre o oficial e o cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2012a.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Currículos e pesquisas com os cotidianos: o caráter emancipatório dos currículos „pensadospraticados’ pelos „praticantespensantes’ dos cotidianos das escolas. In: Carlos Eduardo Ferraço e Janete Magalhães Carvalho (orgs.). **Currículos, pesquisas, conhecimentos e produção de subjetividades**. 1ed. Petrópolis: DP et Alli, 2012b, v., p. 47-70.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de, 2007. O campo de estudos do cotidiano e sua contribuição para a pesquisa em educação. In: SCHWARTZ, Maria Cleonara et al. (Orgs.). **Desafios da educação básica para pesquisa em educação**. Vitória: EDUFES, 2007. p. 107-127.

OLIVEIRA, I. B. de. **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2004.

PEREIRA, Antonio. 2023. **Democratizar a democracia: Boaventura de Sousa Santos e a ampliação da participação política**. 10.47573/aya.5379.2.210.7.

PIOVESAN, F. **Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos**. Faculdade de Direito e Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 124, p. 43-55, jan./abr.2006.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Edições Afrontamento: Lisboa, 2003.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 79, p. 71-94, nov. 2007.

SOBRINHO, J. D. **Avaliação e políticas públicas de educação superior**. São Paulo: Cortez, 2010.

WEISS, R. H. **Educação e mobilidade social: um estudo das políticas de expansão do ensino superior no Brasil**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estácio de Sá. Rio de Janeiro: Universidade Estácio de Sá, 2025.